

# **Relatório da Oficina: Implementação das Salvaguardas Sociais e Ambientais na Estratégia Nacional de REDD+**

*Brasília-DF, 21 e 22 de novembro de 2011*

**Relatora: Silvana Bastos**  
**Vértice Associados**

---

Realização: Ministério do Meio Ambiente

---

## Sumário

1.	Apresentação .....	23
2.	Programação .....	23
3.	Memória das apresentações.....	24
4.	Trabalho em grupos.....	29
5.	Recomendações sobre Salvaguardas para a Estratégia Nacional de REDD+ 29	
6.	Considerações finais e encaminhamentos .....	32

## 1. Apresentação

As reduções de emissões dos gases de efeito estufa (GEEs) provenientes do desmatamento e degradação florestal combinadas com práticas de manejo florestal sustentável, conservação e aumento dos estoques de carbono (conhecidos como REDD+) são consideradas medidas importantes para mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

De modo inédito, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC, em inglês) adotou em sua decisão 1/CP.16 um conjunto de sete salvaguardas a serem implementadas pelos países em desenvolvimento, de modo a abordar os impactos diretos e indiretos, positivos e negativos de ações de REDD+.

Nos dias 21 e 22 de novembro, a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente reuniu aproximadamente 60 participantes de diversas organizações da sociedade civil para: i) identificar os principais riscos associados à implementação de REDD+ no Brasil; e ii) desenvolver recomendações sobre a abordagem de implementação das salvaguardas de REDD+ no Brasil, a partir da experiência dos participantes.

Durante a oficina foram tratadas as seguintes questões, cujo resultado irá subsidiar futuras discussões sobre a Estratégia Nacional de REDD+: a) Por que essa salvaguarda é importante no Brasil? b) Como promover e garantir a implementação dessa salvaguarda? c) O que deve ser garantido? d) Quem deve responder pela sua implementação? e) Quais as condições e pré-requisitos? e f) Quais as consequências, caso não forem aplicadas?

## 2. Programação

Horário	Descrição
<i>Dia 21 de novembro (segunda-feira)</i>	
9h00	Abertura e apresentação dos participantes
9h45	Apresentação do processo de construção da Estratégia Nacional de REDD+
10h45	Apresentação do estado da arte das salvaguardas
11h15	Intervalo
11h30	Parecer individual sobre as perguntas norteadoras para o trabalho em grupos
12h00	Trabalho em grupos: aprofundamento da visão
13h00	Almoço
14h00	Continuidade do trabalho em grupos
16h45	Apresentação dos grupos e contribuição do coletivo
17h40	Avaliação do dia e encerramento
<i>Dia 22 de novembro (terça-feira)</i>	
8h30	Apresentação dos objetivos e agenda do dia
9h00	Plenária: aprofundamento e síntese dos pontos comuns e principais desafios
10h45	Plenária: recomendações sobre salvaguardas para a Estratégia Nacional de REDD+
11h45	Próximos passos e avaliação
12h30	Encerramento

### 3. Memória das apresentações

#### **Processo de Construção da Estratégia Nacional de REDD+**

***Karen Suassuna - Diretora do Departamento de Mudanças Climáticas – SMCQ/MMA.***

Iniciou sua fala ressaltando o esforço da diretoria do departamento de mudanças climáticas em coletar informações e diferentes visões para desenvolver a Estratégia Nacional de REDD+, e, o que vai ser apresentado é resultado do trabalho de outras pessoas também, já que ela está à frente da diretoria apenas há quatro meses.

Desde o ano passado, quando saiu a definição de elaboração de estratégias nacionais de redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD+) na COP de Cancun identificou-se que havia dentro do governo diferentes visões e perspectivas para REDD+. Então em junho deste ano, o ministério apresentou, junto ao Grupo Executivo do Comitê Interministerial de Mudança do Clima (GEx), a proposta de formação de um grupo formal e interministerial para construir uma visão compartilhada do governo brasileiro e estruturação da Estratégia Nacional de REDD+. Participam deste grupo a Presidência da República, via Secretaria de Assuntos Estratégicos e Casa Civil, o Ministério da Agricultura e EMBRAPA; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério da Justiça (FUNAI); Ministério da Fazenda; Ministério de Relações Exteriores; além do Ministério do Meio Ambiente.

A orientação do grupo é ter uma primeira posição de governo para abrir a discussão com a sociedade para que seja consolidada a Estratégia Nacional de REDD+ até junho de 2012.

Na linha do tempo desse processo, pontuam-se eventos importantes relacionados à discussão de florestas e sustentabilidade, onde REDD+ começa a tomar forma em 2005 na Convenção de Montreal, que contempla uma visão mais abrangente sobre florestas, já que em Kyoto o tema florestas é apresentado de forma pontual e específica no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Em Bali (2007) entra na discussão formal da Convenção, ponto específico para a redução das emissões por desmatamento e degradação e para a conservação e ampliação dos estoques florestais. Esse tema amadurece na Convenção mais rapidamente que outros temas relacionados à mitigação, sendo objeto de uma série de negociações, o que permitiu ter um conjunto de regras e construções maior que em outros temas.

Em 2008, o Brasil implementa o 'Fundo Amazônia' como um mecanismo de captação de recursos financeiros e distribuição interna para atividades relacionadas à redução de desmatamento, manutenção dos estoques florestais e promoção do manejo florestal sustentável.

Em 2009 começa a se estruturar um pacote para REDD+ em Copenhague e em 2010 (Cancun) fecha-se o pacote mais estruturado, mas com questões técnicas e financeiras a serem resolvidas.

A partir de 2007, acontece maior abertura para o diálogo social sobre os aspectos das mudanças climáticas, o que resulta hoje na condução pelo MMA da discussão com um conjunto de atores diversificados e em diferentes níveis de governo, setor privado e sociedade em geral. Esta sala hoje demonstra essa representação.

Em 2010, a discussão sobre o que seria o REDD+, um sistema ou um mecanismo,

se desenvolveu com a formação de 03 Grupos de Trabalho, que trouxeram considerações, dentre elas, as sugestões de desenvolvimento da Estratégia Nacional de REDD+ e outras relacionadas à governança, mapeamento dos instrumentos financeiros, além de um conjunto de princípios e critérios para REDD+ no Brasil.

Neste ano, o grupo de trabalho interministerial recebeu o mandato de conduzir essa discussão para apresentar à sociedade um conjunto de aspectos que refletem a posição do governo. A discussão é motivada pela proteção do clima e dos recursos florestais. Karen ressaltou como pontos cruciais: i) identificar incentivos apropriados para reduzir o desmatamento; ii) beneficiar as populações que dependem dos recursos naturais; e iii) desenvolvimento de uma economia florestal sustentável, ou seja, o grupo está lidando com os novos paradigmas de desenvolvimento e gestão.

Considerando que a proposta do grupo interministerial ainda não está finalizada, visto que o grupo trabalha, nesse momento, na elaboração de um documento a ser avaliado pelo GEx em dezembro, foram levantados alguns entendimentos: i) a estratégia nacional trabalha com resultados, assim, o foco é o aumento e conservação dos estoques florestais e a redução de emissões do desmatamento e degradação; ii) REDD+ é entendido não como um mecanismo, mas como resultados que ensejam múltiplos mecanismos; iii) A Estratégia Nacional de REDD+ deve considerar os co-benefícios, dessa maneira, articula não só as políticas específicas de mudanças do clima, mas também outras políticas relacionadas à conservação da biodiversidade, florestas e água.

A Estratégia Nacional de REDD+ deverá articular os instrumentos existentes e a criação de novos instrumentos, como o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, o Sistema Nacional de Incentivos para Manutenção Florestal e Transferências Intergovernamentais. Mas tudo isso ainda está em discussão para se definir o que será contemplado na Estratégia Nacional de REDD+.

Karen citou uma definição encontrada no Dicionário Michaelis, de que estratégia é “*a arte de dirigir coisas complexas*”, o que leva à conclusão de que o que está sendo desenhado é a identificação do significado de REDD+ e sua complexidade.

O MMA trabalha com duas perspectivas: i) a coordenação e animação dos diferentes grupos dentro do governo<sup>5</sup> para buscar uma coerência entre seus resultados e ii) junto com o processo de diálogo com diversos grupos de atores interessados, dentre eles, a sociedade civil, a fim de produzir material suficiente para cumprir essa etapa da Política Nacional de Mudanças do Clima, visando construir um arcabouço regulamentar mais claro e mais coerente.

Para finalizar, Karen ressaltou duas orientações seguidas pela equipe de governo: i) construção com a sociedade, por meio da abertura de diálogos; e ii) melhoria ao longo do processo de construção dessas políticas de longo prazo, que exigem um caminho de aprendizado e revisão.

---

<sup>5</sup>Atualmente há 08 grupos que trabalham com temas relacionados às mudanças climáticas: 05 com planos setoriais, 01 Estratégia Nacional de REDD+, 01 sobre MBRE e 01 sobre monitoramento.

## Debate

As intervenções dos participantes foram elaboradas em tarjetas e lidas pelos facilitadores para conseqüente retorno da apresentadora. Abaixo encontram-se organizadas em dois blocos: i) questões e ii) comentários/considerações. Em seguida apresenta-se também, o retorno sistematizado em conjunto.

Questões elaboradas pelos participantes:

- ✓ Essas discussões têm a ver com o Programa Nacional de REDD+?
- ✓ REDD+ é uma estratégia, porém inicialmente é um instrumento, mecanismo... e ainda, uma política de conservação ambiental do futuro? É uma nova política florestal ambiental e territorial?
- ✓ Como a Estratégia Nacional de REDD+ pretende conciliar políticas de desenvolvimento (créditos rurais, por exemplo) com as políticas públicas pilares (planos setoriais, terra legal, etc)? Já existe alguma estratégia para integrar os projetos pilotos de REDD+ a Estratégia Nacional de REDD+?
- ✓ Como a proposta apresentada será alinhada com a abordagem de fases? Haverá diferenciação de prioridade de ações e tipos de instrumentos por fases?
- ✓ Existe algum plano para alinhar os fundos e recursos existentes (Fundo Amazônia e Fundo Clima) para as orientações da Estratégia Nacional de REDD+? Como esse alinhamento ocorrerá?
- ✓ Por que os representantes dos estados não estão aqui representados?
- ✓ Como as diversas iniciativas de REDD+ (projetos e esquemas estaduais) serão incorporados na Estratégia Nacional de REDD+? Como assegurar a coerência e a coordenação da Estratégia com a escala estadual?
- ✓ Como a Estratégia Nacional de REDD+ pretende tratar as políticas de desincentivos já existentes (Ex. PAC, Código Florestal)? Como a reforma do Código Florestal pode influenciar na Estratégia?
- ✓ Não seria melhor o REDD+ trabalhar em financiamentos para o reflorestamento? Como discutir financiamentos?
- ✓ Qual a composição dos GTs de monitoramento e do MBRE?
- ✓ No círculo da estratégia fica evidente a falta de marco legal e política pública para terras e povos indígenas (PNGATI engavetado, PL do Estatuto do Índio parado). Como o governo vai lidar com esse vazio na estratégia considerando a importância das TI para a Estratégia do Clima?? No círculo aspectos estruturantes, onde trata as terras indígenas?
- ✓ Quais são os próximos passos para o estabelecimento da Estratégia Nacional de REDD+? Quais são os principais desafios para o seu estabelecimento? Como o MMA vai envolver as lideranças de base na discussão?
- ✓ Como a Estratégia Nacional de REDD+ prevê a remuneração/benefícios a proprietários privados de terra que tenham efetivamente reduzido emissões e aumentado estoques?
- ✓ Será levado esboço dessa estratégia para a COP 17? Como o Brasil se compara a outros países na construção de uma estratégia?

## Comentários elaborados pelos participantes:

- ✓ As ações de REDD+ devem respeitar as especificidades, o modo de viver e sustentabilidade econômica das populações.
- ✓ Inserir a Política Nacional de Florestas Plantadas como parte dos marcos regulatórios e políticas públicas relacionadas, em função da conexão entre a escassez de madeira plantada no país e a pressão por desmatamento.
- ✓ A participação plena e efetiva dos povos indígenas e comunidades locais na construção das salvaguardas nacionais e a certeza da implementação dos direitos dos povos já garantidos em convenções.
- ✓ O formato da discussão da Estratégia Nacional de REDD+ é positivo, pois busca integrar vários componentes essenciais para a redução de emissões florestais: regularização fundiária, incentivos, gestão florestal, etc. Assim a discussão não fica limitada a mercados.
- ✓ A afirmação de que não haverá apenas um formato de incentivos para todas as áreas também está alinhada com as características diferenciadas das categorias fundiárias.
- ✓ O REDD+ deveria ser divulgado mais para a base.
- ✓ Ausência de marco conceitual sobre a vinculação de ação global, nacional, municipal e local.
- ✓ Como vai assegurar o acesso ao dinheiro para o povo nos lugares bem distantes.
- ✓ Organograma para Estratégia Nacional de REDD+ apresentado é confuso.
- ✓ Sugestão de produção de uma cartilha sobre REDD+ e outros temas de conservação.

## *Síntese do retorno dado por Karen e Natalie (SMCQ/MMA):*

- ✓ Esclarecimento inicial de que o desenho é confuso porque ainda está em construção, essa proposta deverá ser apreciada em breve pelo GEx e por isso ainda não foi possível detalhar para esse grupo.
- ✓ A Estratégia Nacional de REDD+ não será levada para a COP-17, visto que, a discussão está em construção, sem maturidade suficiente. O objetivo é apresentar a Estratégia Nacional de REDD+ na Rio+20 em junho/2012.
- ✓ O GT sobre MBRE é um grupo interministerial, coordenado pelo Ministério da Fazenda, tem a função de investigar possibilidades, coletar e organizar informações e estabelecer marcos. Ainda não fez discussão com o setor privado, e não tem resultados para serem divulgados.
- ✓ Em relação à questão sobre a falta de participação dos estados, Karen informou que alguns estados foram convidados, mas o objetivo desse encontro não era esse diálogo; relatou que o MMA vem realizando essas discussões em espaços, como os fóruns estaduais.
- ✓ Código Florestal: somente após a finalização da reforma será possível avaliar. Ministra identifica que algumas preocupações do MMA (como reserva legal) estão contempladas no novo código.
- ✓ O tema participação na Estratégia Nacional de REDD+ será abordado nesta oficina, inclusive para a colheita de sugestões desse grupo sobre o processo de consulta e diálogo.
- ✓ O processo de formatação de estratégia nacional está em construção por países como México, Brasil e Peru. O México já traz uma referência de construção com um amplo processo de consulta à população.
- ✓ Políticas Indígenas: a Estratégia Nacional de REDD+ está sendo construída em diálogo com a FUNAI e Terras Indígenas é um dos recortes territoriais.

- ✓ Projetos pilotos: avalia-se que depende da escala e tipo, ainda não se tem uma fórmula para o seu tratamento.
- ✓ Com relação ao reflorestamento, tem vários *locus* de discussão: processo da política de florestas plantadas; componentes florestais nos planos setoriais como de agricultura de baixo carbono, siderurgia e transportes.
- ✓ Finalmente, a integração é um desafio que está sendo tratado com muita atenção por esta diretoria.

### **Estado da Arte das Salvaguardas.**

O contexto das salvaguardas foi apresentado por organizações que também apoiaram a articulação dessa oficina: Instituto Centro e Vida (ICV) e Grupo de Trabalho Amazônico/Observatório do REDD+.

Alice Thuault (ICV) iniciou sua fala com a apresentação de uma definição de salvaguarda: é pensar como um dispositivo de segurança que tem o papel de assegurar que todos cheguem a salvo a um lugar desejado. Serve para evitar impactos negativos e promover co-benefícios que gerem impactos positivos.

Para que o REDD+ chegue ao lugar que se quer é necessário ter salvaguardas manifestadas na estratégia nacional. Os temas devem compor os princípios e diretrizes das políticas e estratégias em discussão e posterior cobrança para sua garantia, na prática.

A seguir, apresentou as salvaguardas previstas no âmbito internacional (Cancun, Banco Mundial e Padrões do Clima, Comunidade e Biodiversidade) e no âmbito nacional (documento elaborado pela FUNAI com recomendações para projetos de REDD+ em terras indígenas e documento elaborado por um Grupo multissetorial da sociedade brasileira com princípios e critérios socioambientais de REDD+).

Ressaltou a importância de identificar como o Brasil implementa e localiza essas salvaguardas em suas políticas. Esse tipo de estudo está sendo feito também pelo 'Observatório do REDD+'.

Vitor Mamede, representante do Observatório do REDD+, relatou sobre o processo de construção de salvaguardas para os projetos em execução no país, que teve início em 2009, com a participação de diversas organizações em um seminário, e, posterior consultas públicas por meio eletrônico e encontros regionais, envolvendo comunidades locais. Assim foi construído participativamente um conjunto de 08 princípios subdivididos em critérios. Os projetos de REDD+ estão sendo cadastrados no 'Portal do Observatório', com a resposta de questionário baseado nos princípios e critérios socioambientais para levantar a implementação dessas salvaguardas nos projetos de REDD+ em execução. Para finalizar, ressaltou que a importância das salvaguardas vem da própria palavra, como uma forma de proteção, para que as comunidades tenham seus direitos resguardados.

Igor Ferreira (FUNAI) contextualizou a construção das recomendações da FUNAI para projetos de REDD+ em Terras Indígenas, resultado de uma demanda vinda das comunidades e organizações e, elaboradas participativamente em conjunto com organizações e comunidades. Para finalizar, destacou que o documento está sendo avaliado e complementado pelas comunidades indígenas.



## 4. Trabalho em grupos

Metodologia: os grupos foram divididos em 09 temas, com a tarefa de responder 06 questões abaixo relacionadas. Inicialmente cada participante fez uma preparação individual (20'), respondendo às duas primeiras questões orientadoras conforme o tema de seu interesse prioritário. A partir do tema escolhido, os grupos foram divididos, buscando equilibrar o número de participantes e seguir o critério de no máximo 05 pessoas por grupo.

Ao longo do trabalho, os participantes puderam rodar entre os vários temas, como em um 'carrossel'. Cada grupo escolheu um anfitrião para permanecer e repassar a discussão aos novos participantes. Desse modo, a metodologia propiciou que um mesmo participante pudesse opinar em vários temas.

Ao final, todos os participantes visitaram cada grupo para realizar ajustes e complementações, quando necessários, ao resultado alcançado.

### **Temas:**

- i) Marcos Legais;
- ii) Garantia de Direitos;
- iii) Sustentabilidade econômica, redução de pobreza e aumento de qualidade de vida;
- iv) Conservação da biodiversidade e recuperação ambiental;
- v) Governança;
- vi) Repartição de benefícios;
- vii) Monitoramento e transparência;
- viii) Permanência e vazamentos; e
- ix) Participação.

### **Questões orientadoras:**

- ✓ *Por que essa salvaguarda é importante no Brasil?*
- ✓ *Como promover e garantir a implementação dessa salvaguarda?*
- ✓ *O que deve ser garantido?*
- ✓ *Quem deve responder pela sua implementação?*
- ✓ *Quais as condições e pré-requisitos para verificar a participação?*
- ✓ *Quais as consequências se não forem aplicadas?*

O resultado do trabalho em grupos está sistematizado em tabelas (anexo 01).

## 5. Recomendações sobre Salvaguardas para a Estratégia Nacional de REDD+

Metodologia: distribuição das tabelas com o resultado do trabalho em grupos, cada

participante fez uma análise do documento para identificar e marcar o que era comum em todas as salvaguardas, com foco em condições essenciais para que sejam efetivadas. Devido a dificuldade de priorização e escolha de condições essenciais, realizou-se uma “chuva de idéias” dos temas destacados pelos participantes. São eles:

- Participação ampla dos povos indígenas e comunidades locais, em todas as etapas dos projetos, inclusive na construção de marcos legais, considerando também o equilíbrio de gênero nesse processo.
- Capacitação, qualificação e formação.
- Simetria e universalização das informações.
- Criação e adequação de marcos legais.
- Mecanismos para garantia de transparência.
- Monitoramento.
- Garantia de direitos já estabelecidos, consentimento livre, prévio e informado.
- Efetivar / implementar o que já está garantido nas legislações e não aplicados.
- Envolvimento e articulação com diferentes instâncias e atores.
- Coerência entre políticas públicas.
- Eliminação de incentivos perversos e privilégios aos incentivos benéficos.
- Plano de gestão sustentável do território.
- Estruturação de comitês deliberativos e espaços de representação.
- Fortalecimento do controle social.
- Consolidação do extrativismo como estratégia de conservação.
- Alternativas econômicas para quem conserva.
- Repartição de benefícios, com a garantia de distribuição adequada.
- Coordenação entre políticas e escalas.
- Orçamento adequado.
- Flexibilização para acesso aos fundos.
- Titularidade do carbono.
- Direito à terra (titularidade) / regularização fundiária.
- Reservas de segurança.
- Fortalecimento institucional
- Mecanismos de mediação de conflitos

Para finalizar essa etapa da discussão em plenária, a moderação propôs uma questão orientadora que gerou o seguinte resultado, sistematizado em tabela abaixo:

***Quais os desafios para incorporar as salvaguardas na Estratégia Nacional de REDD+ e quais passos são necessários?***

Governança e participação	Informação e formação para a participação	Estruturação de grupos	Consolidação do extrativismo
<b>Conteúdo das tarjetas individuais</b>			
<p>Vontade política</p> <p>Falta de diálogo sobre o tema entre o governo e todos os demais segmentos sociais e a falta de vontade política das autoridades competentes Ex: oficina do REDD+</p> <p>Articulação interinstitucional</p> <p>Não se prescindir da “vontade política” para que as salvaguardas, além de incorporadas, sejam implementadas, uma alternativa a este desafio é a criação e fortalecimento das estruturas e instituições subjacentes necessárias à provisão, pelo Estado, das garantias mínimas para que as salvaguardas “incorporadas” sejam implementadas</p> <p>Realizar a filtragem / adequação das salvaguardas, levando em consideração as particularidades brasileiras.</p> <p>Pensar na criação de instrumentos para implementação das salvaguardas</p> <p>Definir sistema de governança incluindo diferentes níveis (federal, estadual, municipal, projetos – setor privado e sociedade civil)</p>	<p>Formação e divulgação da estratégia e salvaguardas para diferentes atores Criar um sistema claro de monitoramento e resolução de conflitos Criar mecanismos que possibilitem a disseminação do conceito de REDD+ e da estratégia nacional, em todos os segmentos da sociedade</p> <p>Para a garantia de direitos e a participação plena e efetiva de povos indígenas, comunidades locais e sociedade civil como um todo é necessário conhecimento prévio do mecanismo de REDD+, leis, protocolos e tratados internacionais e nacionais em vigor. Um amplo processo de capacitação e formação é crucial.</p> <p>Promover processo de qualificação aos atores sociais envolvidos na discussão da temática REDD+/mudança climática</p> <p>Para efetivar a participação deve-se qualificar as comunidades indígenas e tradicionais no tema, através de parcerias entre governo, ONGs, associação e entidades de classe para facilitar o acesso e entendimento na informação.</p>	<p>Afirmar participação dos povos indígenas para construção de REDD+ e escritura com visibilidade e envolver mais parceiro para auxiliar</p> <p>Estruturar o comitê com representantes locais e interministerial com participação e efetiva dos povos e organizações indígenas</p> <p>Instituir grupos de trabalho com representações regionais indígenas para organizar o processo de consultas.</p> <p>Identificar representantes lideranças cuja participação é relevante</p> <p>Organizar, promover a formação de grupos formais e informais representativos para as discussões sobre REDD</p> <p>Criação de um colegiado multissetorial representativo, democrático e transparente que tenha como objetivo a construção da ESTRATÉGIA NACIONAL DE REDD+ incluindo a definição de um amplo processo de consulta pública, o estabelecimento de políticas públicas e instrumentos normativos necessários.</p>	<p>Consolidação do extrativismo como estratégia de conservação.</p> <p>Promover mercados e atacar os entraves do extrativismo</p> <p>Levantamento de políticas, programas, fundos de apoio à gestão sustentável do território por comunidades locais e povos indígenas e criação de instrumentos facilitadores e menos burocráticos que os tornem mais efetivos</p> <p>Disseminação destas informações por meios comunicativos acessíveis.</p>

<b>Definições da repartição de benefícios</b>	<b>Implementação da estratégia e consolidação das salvaguardas</b>	<b>Misto</b>	<b>Código Florestal</b>
<p>Estruturar um sistema de distribuição de benefícios que garanta o acesso de forma justa a povos indígenas, comunidades tradicionais e pequenos produtores</p> <p>Definir claramente os possíveis mecanismos para repartição de benefícios. Ex: transferência direta de recursos financeiros, implementações de infraestrutura em comunidades, criação de empregos, etc.</p>	<p>Criar um robusto sistema de informações que promova e divulgue as salvaguardas de forma integrada em todo o território nacional</p> <p>Consolidar salvaguardas com plena e ampla participação</p> <p>Integrar as diferentes estratégias discutidas de REDD+ no pai unificando com a estratégia nacional.</p> <p>Diagnóstico legal e institucional para identificar papéis e lacunas</p> <p>Consolidar conceitos de salvaguardas, incorporar no texto da estratégia e montar plano de avaliação e monitoramento do cumprimento</p> <p>Definir as salvaguardas valorizando a legitimidade do processo dos P e C, e estruturando-as no arcabouço das salvaguardas de Cancun</p> <p>A partir das contribuições recebidas e de algumas definições da ENREDD, instituir o processo para detalhar o conteúdo das salvaguardas brasileiras para REDD+ de maneira oficial. Ex: quais marcos legais? Quais espaços de participação?</p>	<p>Garantia das consultas às bases</p> <p>Cumprimento das legislações, tratados e convenções</p> <p>Monitoramento</p>	<p>Definição do código florestal e garantia da sua efetiva implementação</p>

## 6. Considerações finais e encaminhamentos

Apresentação da linha do tempo com as ações previstas para o processo de consolidação da Estratégia Nacional de REDD+ .

<b>2011</b>	<b>2012</b>					
<b>DEZ</b>	<b>JAN</b>	<b>FEV</b>	<b>MAR</b>	<b>ABR</b>	<b>MAI</b>	<b>JUN</b>
Reunião GEx		Início do processo de consulta pública - evento para apresentação da posição de governo à sociedade civil.	Observatório do Clima	Diálogos com Setores	Diálogos com Setores	Rio +20

***Diretrizes acordadas para o processo de consulta pública, por meio de eventos regionais:***

- ✓ Deve buscar integração com outras agendas e potencializar outros eventos.
- ✓ Indicativo para acontecer o primeiro (fevereiro) em Belém-PA, devido menor custo e facilidade de acesso.
- ✓ Verificar possibilidade de integrar o evento com a reunião do Fórum Paraense de Mudanças Climáticas.
- ✓ Não sobrepor agenda com outros eventos preparatórios da Rio+20 como a reunião prevista para fevereiro do 'Diálogos da Biodiversidade'.
- ✓ Deve apresentar produtos claros e transparência sobre quais ações a Estratégia Nacional de REDD+ vai atuar e contribuir.
- ✓ Busca do equilíbrio com outras ações previstas no FIP.
- ✓ Buscar viabilizar a participação de representantes de outros biomas para que sejam apresentadas diferentes visões.

***Considerações e encaminhamentos finais:***

A SMCQ receberá sugestões para o processo de consulta, em relação ao conteúdo e formas de participação, que podem ser feitas pelo [email.projetoredd@gmail.com](mailto:email.projetoredd@gmail.com).

Em relação ao questionamento sobre o tema da oficina de fevereiro, esclareceu-se que será um evento amplo, a SMCQ está em contato com os Observatórios do Clima e do REDD+ para colher sugestões sobre a metodologia mais adequada, tema e público. Pede também o apoio dos participantes interessados para a elaboração de um texto base, preparatório às consultas.

A divulgação do resultado dessa oficina será feita via internet.

*Oficina: Implementação das Salvaguardas Sociais e Ambientais na Estratégia Nacional de REDD+  
Síntese da Memória*

Brasília-DF, 21 e 22 de novembro de 2011.

Relatora: Silvana Bastos

Moderação: Mariana Paiva Antônio e José Vicente Vieira (Hare)

---

A oficina “*Implementação das salvaguardas sociais e ambientais na Estratégia Nacional de REDD+*” realizada pela Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente reuniu em torno de 60 participantes, representantes de diversas organizações da sociedade civil, para identificar os principais riscos associados à implementação de REDD+ no Brasil e desenvolver recomendações sobre a abordagem de implementação das salvaguardas de REDD+ no Brasil, a partir da experiência dos participantes.

Inicialmente, contextualizou-se o processo de construção da Estratégia Nacional de REDD+ , pelo grupo de trabalho interministerial, com mandato recebido pelo Grupo Executivo do Comitê Interministerial de Mudança do Clima (GEx). Em seguida, foi apresentado, o ‘estado da arte’ das salvaguardas previstas no âmbito internacional (Cancun, Banco Mundial e Padrões do Clima, Comunidade e Biodiversidade) e no âmbito nacional (documento elaborado pela FUNAI com recomendações para projetos de REDD+ em terras indígenas e documento elaborado por um grupo multissetorial da sociedade brasileira com princípios e critérios socioambientais de REDD+).

Por meio das metodologias ‘carrossel’ e ‘polinizadores’ os participantes puderam percorrer vários grupos de discussão, focados nos seguintes temas: i) marcos legais; ii) garantia de direitos; iii) sustentabilidade econômica, redução de pobreza e aumento de qualidade de vida; iv) conservação da biodiversidade e recuperação ambiental; v) governança; vi) repartição de benefícios; vii) monitoramento e transparência; viii) permanência e vazamentos; e, ix) participação. As discussões foram orientadas pelas questões-chaves a seguir:

- a) Por que essa salvaguarda é importante no Brasil?
- b) Como promover e garantir a implementação dessa salvaguarda?
- c) O que deve ser garantido?
- d) Quem deve responder pela sua implementação?
- e) Quais as condições e pré-requisitos?
- f) Quais as consequências, caso não forem aplicadas?

O conjunto das respostas elaboradas pelos grupos encontra-se sistematizado em tabelas, que foi trabalhado em plenária para identificar temas comuns ou eixos transversais a serem desenvolvidos no escopo da Estratégia Nacional de REDD+, como governança e participação; informação e formação para a participação; estruturação de grupos; consolidação do extrativismo; definições da repartição de

benefícios; implementação da estratégia e consolidação das salvaguardas; cumprimento das legislações, tratados e convenções; monitoramento; e, definição do código florestal e garantia de sua efetiva implementação.

Para finalizar o processo de construção coletiva, as seguintes questões foram discutidas em plenária: *“Quais os desafios para incorporar as salvaguardas na Estratégia Nacional de REDD+? Quais são os passos necessários?”*

Foi apresentada também, uma linha do tempo com as ações previstas para o processo de consolidação da Estratégia Nacional de REDD+:

2011	2012					
DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Reunião GEx Apresentação dos resultados dos GT interministerial		Início do processo de consulta pública - evento para apresentação da posição de governo à sociedade civil.	Observatório do Clima	Diálogos com Setores	Diálogos com Setores	Rio +20

E, acordadas diretrizes para o processo de consulta pública, por meio de eventos regionais:

- ✓ Deve buscar integração com outras agendas e potencializar outros eventos.
- ✓ Indicativo para acontecer o primeiro (fevereiro) em Belém-PA, devido menor custo e facilidade de acesso.
- ✓ Verificar possibilidade de integrar o evento com a reunião do Fórum Paraense de Mudanças Climáticas.
- ✓ Não sobrepor agenda com outros eventos preparatórios da Rio+20, como a reunião prevista para fevereiro do 'Diálogos da Biodiversidade'.
- ✓ Deve apresentar produtos claros e transparência sobre quais ações a Estratégia Nacional de REDD+ vai atuar e contribuir.
- ✓ Busca do equilíbrio com outras ações previstas no FIP – Programa de Investimento Florestal.
- ✓ Buscar viabilizar a participação de representantes de outros biomas para que diferentes visões sejam apresentadas.

Enquanto encaminhamentos e considerações finais foram definidos que a SMCQ receberá sugestões para o processo de consulta, em relação ao conteúdo e formas de participação, que podem ser feitas pelo e-mail [projeto redd@gmail.com](mailto:projeto redd@gmail.com) ou [Alexandre.avelino@mma.gov.br](mailto:Alexandre.avelino@mma.gov.br); e, a divulgação do resultado dessa oficina será feita via internet.

## **PALESTRA : PROGRAMA DE INVESTIMENTO FLORESTAL – FIP BRASIL**

Realizada no dia 22 de novembro de 2011, na Oficina sobre Salvaguardas  
para a Estratégia Nacional de REDD+.

**Apresentadores: Artur Lacerda e Ludmila Silva - Ministério da Fazenda**

### **1. Características gerais**

O FIP é um dos fundos de mudanças climáticas hospedados no Banco Mundial. É gerido de forma autônoma com regras próprias por um comitê composto por 12 países (06 doadores e 06 recipientes). O Brasil faz parte deste comitê de governança. Tem a função de preencher uma lacuna de investimentos até a estruturação do Fundo Verde do Clima no âmbito das Nações Unidas. Possui dotação orçamentária de US\$ 580 milhões. Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento são responsáveis pela gestão dos acordos de doação/empréstimos com as agências executoras dos países.

Dentre 53 países concorrentes foram selecionados 08 países-piloto do FIP, considerando critérios de distribuição geográfica e diferentes experiências (florestas, nível de pobreza, realidades econômicas, etc.). Os países selecionados foram: Brasil, Burkina Faso, Congo, Gana, Indonésia, Laos, México e Peru.

Para o Brasil há uma pré-alocação de US\$ 50-70 milhões, sendo US\$ 37 milhões em doações e o restante para empréstimos concessionais.

Há um mecanismo também, de doações para povos indígenas e comunidades locais do Brasil de até US\$ 6,5 milhões, com o objetivo de prover recursos para a participação desses atores no programa FIP e processos nacionais de REDD+. Esse mecanismo foi aprofundado em reunião específica (período da tarde).

O programa brasileiro tem um comitê técnico de discussão composto pelos Ministérios do Meio Ambiente, Agricultura, Fazenda e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, além da FUNAI/MJ e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É prerrogativa do FIP-Brasil a elaboração do plano de investimento a partir do diálogo com a sociedade e fóruns que estão trabalhando temas relacionados.

Finalmente, ressalta-se o princípio de que o FIP é parte integrante da cesta de incentivos para REDD+, deverá ser usado para desbloquear pontos estratégicos e alavancar ações-chaves.

### **2. Finalidade e critérios de seleção dos projetos.**

O FIP tem a finalidade de apoiar os esforços de REDD+ dos países em desenvolvimento, por meio da alavancagem de recursos financeiros adicionais para reformas e/ou preparação para a implementação de REDD+, através de investimentos públicos e privados.

No Brasil, o FIP pode apoiar ações amplas desde que alinhadas com seus objetivos, como os planos setoriais de combate ao desmatamento e o processo de construção da Estratégia Nacional.

*Objetivos:*



Apoiar a transformação das políticas e práticas florestais, apoiar o desenvolvimento de modelos replicáveis, facilitar a alavancagem de recursos financeiros adicionais para REDD + e fornecer uma experiência valiosa para os trabalhos da UNFCCC sobre REDD+.

*Critérios de avaliação e seleção dos projetos:*

Para que o plano brasileiro de investimento seja aprovado é necessário demonstrar a contribuição do programa aos objetivos do FIP, portanto a avaliação do plano e dos projetos a serem apoiados seguem os seguintes critérios:

- Potencial de Mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEEs): mesmo que tenha relação direta com a mitigação, os projetos devem prever ações estruturantes, como o inventário florestal por exemplo, que vai gerar informações relevantes para o cenário de base e conhecimento das florestas para a medição das ações de mitigação.
- Demonstração para alcance na escala necessária: FIP não pode financiar projetos piloto, de comunidades locais, é necessário demonstrar que sua ação terá impacto em escala regional e nacional. Por exemplo: ao fortalecer a gestão do Serviço Florestal Brasileiro o impacto ganha escala nacional.
- Adicionalidade: demonstrar que o projeto tem caráter inovador, com ações não previstas no orçamento da União.
- Alavancagem e participação do setor privado: projetos devem alavancar recursos financeiros adicionais para REDD+, de modo, a propiciar desenhos que possibilitem que outros investimentos ocorram.
- Potencial de Replicação: a experiência desses 08 países piloto deve servir de referência para os demais países.
- Integração com desenvolvimento sustentável (co-benefícios).
- Salvaguardas: projetos devem contribuir para redução da pobreza, fortalecimento de comunidades, promover a conservação da biodiversidade, e respeitar as salvaguardas das instituições envolvidas.

Em síntese, o FIP-Brasil deve gerar aprendizado para a estruturação do Fundo Verde do Clima, em temas-chaves como: governança, modelo de arquitetura financeira e participação do setor privado.

### **3. Contexto Nacional**

O FIP irá contribuir para apoiar os instrumentos da Política Nacional de Mudanças do Clima, por meio de 03 eixos:

- i) Uso sustentável em áreas convertidas: desenvolvimento e implementação do Cadastro Ambiental Rural e capacitação do setor agropecuário; elaboração de Planos de Recuperação de Área Degradada (PRAD); Assistência Técnica Rural; e articulação com setor financeiro.
- ii) Manejo florestal sustentável: manejo florestal comunitário e habilitação de florestas públicas para o manejo florestal sustentável.
- iii) Sistemas de informação, monitoramento e controle florestal: Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF); sistema de alerta para prevenção de incêndios florestais e sistema integrado de monitoramento do Cerrado.

#### 4. Debate gerado

*Como é esse sistema integrado de monitoramento do cerrado?*

Artur: O monitoramento do Cerrado tal qual é feito na Amazônia ainda é um gargalo. O sistema da Amazônia não funciona para o Cerrado, então a idéia é que o MCTI desenvolva um sistema que contemple diferentes aspectos, desde identificar desmatamento, informações para respostas de comando e controle e apoiar nas medições do desmatamento. A idéia é desenvolver um sistema amplo que envolva também a Caatinga e Pantanal.

Depoimento indígena: sobre o sistema de monitoramento, na minha comunidade foi instalada uma antena do SIVAM, mas que não funcionou – há anos está quebrada e ninguém apareceu para consertar. Temos todo o interesse de proteger a nossa área, de tirar os invasores, queremos um sistema para monitorar via satélite e capacitação para podermos operar o sistema. É possível que esse projeto apóie nossa demanda?

É possível pensar na demarcação dessas terras indígenas para que garanta por em prática as leis que garantam a terra, a cultura, a língua? Terras que tem terras pequenas, cercados de fazendas, que benefícios terão?

Artur: A ação prevista de monitoramento é acompanhar a questão florestal, de desmatamento, incêndios, emissão de gases estufas, ou seja, o foco é diferente disso que você falou de monitoramento, e não sabemos se vai entrar no escopo da proposta, porque o FIP pode não ter recursos para financiar tudo isso. Uma dificuldade é, com essa quantidade de recursos, fazer algo que tenha escala. Demarcação é muito caro. O programa 'Terra Legal' teria essa função com recursos do orçamento.

Karen: importante aproveitar que estão aqui a FUNAI e o MMA para trazer essa pergunta para a estratégia nacional. Não é possível aprofundar agora, mas é necessário pensar quais ações temos para responder a essa questão, tema que deve ser contemplado na ENREDD+.

Aqui falamos do macro-monitoramento e não de território específico. Precisamos colocar uma estrelinha nesse tema para discussão, não entra nessa cesta de financiamento, mas não sai da estratégia.

*Questões feitas em bloco:*

Ponto fundamental é o licenciamento ambiental de assentamentos, que não podem acessar políticas pela falta de licenciamento e causam sérios impactos pela falta de incentivos.

Por que o manejo empresarial não está contemplado no FIP? É o responsável pela maior área de adicionalidade não desmatada do país hoje - chega a mais de 600 mil hectares.

Em relação ao sistema nacional de informações, é necessário um banco nacional de informações de licenciamento ambiental nacional. A União não tem informações dos Estados, não se tem acesso aos inventários, ficam só no papel. A gente precisa melhorar o DOF, centralizar controle florestal em um único sistema.

Artur: o foco do programa Mais Ambiente é na propriedade. No Baixo Carbono o foco é na atividade; o CAR vai ser uma exigência. Na prática serão projetos separados, pelas diferentes instituições envolvidas, mas deverão ter integração.

O manejo empresarial não está descartado, inclusive está previsto na atividade “habilitação de florestas públicas para o manejo florestal sustentável”.

Em relação à falta de informação, hoje você já tem o portal nacional da gestão florestal, tem o SNIF, que pretende solucionar esse gargalo. Tivemos diversos workshops nos estados para resolver essa questão.

Com relação ao inventário, ainda não temos um inventário nacional com metodologia única, o que é um fator estruturante para políticas públicas no setor florestal.

*Questão: sobre a abrangência do FIP nos biomas, há algum recorte para a priorização da alocação?*

Artur: Não houve discussão profunda sobre isso, mas o recurso é limitado. Precisamos utilizar da maneira mais inteligente e transformadora em algum bioma. A questão florestal brasileira está concentrada na Amazônia e no Cerrado e hoje há mais disponibilidade de recursos para a Amazônia. Para esse recurso temos o foco maior no Cerrado, mas com atenção para Amazônia também, porque grande parte das florestas públicas está na Amazônia.

Orientação final: demais questões poderão ser encaminhadas à Natalie (SMCQ/MMA).

**ANEXO 01 - OFICINA SALVAGUARDAS NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE REDD+ – RESULTADO DO TRABALHO EM GRUPOS**

<b>MARCOS LEGAIS</b>					
<i>Por que essa salvaguarda é importante no Brasil?</i>	<i>Como promover e garantir a implementação dessa salvaguarda?</i>	<i>O que deve ser garantido?</i>	<i>Quem deve responder pela sua implementação?</i>	<i>Quais as condições e pré-requisitos?</i>	<i>Consequências se não forem aplicadas?</i>
Regulamentação	Participação ampla dos povos e organizações	Conhecimento das leis.	Governo e seus delegados.	Estrutura jurídica robusta.	Não garantia de direitos.
Garantia de direitos	Garantir incidência dos povos e organização nos espaços de discussão	Ouvidoria e órgãos de mediação de conflitos e não conformidades.	Acompanhamento Ministérios Públicos Federal e Estadual.	Simetria das informações.	Descumprimento da lei.
Cumprimentos dos direitos constitucionais	Implementações das convenções, tratados, protocolos já existentes	Definição de procedimentos.	Comitê com representantes locais.	Princípios e diretrizes pré-estabelecido.	Comprometimento de mecanismo, diminuição de investimento.
Delimitar e regulamentar todo o processo para a implementação dos projetos de REDD+	A flexibilização para povos indígenas e comunidades locais nos fundos ambientais	Legislação e políticas de gestão ambiental para Povos Indígenas e Comunidades Locais. Participação dos Pls e CLs na formulação de marcos legais	Comitê interministerial.	Ouvidoria independente	Instabilidade social.
Não é salvaguardas, pois marco legal deve ser cumprido em qualquer situação (estratégia, projeto, programa)	Capacitação das comunidades envolvidas em projetos de REDD+.		Atores privados e implementadores do projeto.	Comitê com representantes locais.	Perda de credibilidade.
				Participação direta das comunidades do controle e fiscalização da implementação dos marcos legais.	
<p><b>Considerações, destaques e questões para esclarecimentos da plenária após leitura do resultado do grupo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Importância da sinergia entre os marcos legais, sugestão para incluir como condição essencial.</li> <li>- Substituir a palavra ‘delegados’ por ‘representantes’.</li> </ul>					

**GARANTIA DE DIREITOS**

<i>Por que essa salvaguarda é importante no Brasil?</i>	<i>Como promover e garantir a implementação dessa salvaguarda?</i>	<i>O que deve ser garantido?</i>	<i>Quem deve responder pela sua implementação?</i>	<i>Quais as condições e pré-requisitos?</i>	<i>Consequências se não forem aplicadas?</i>
Os povos da floresta que promovem a conservação precisam ter seus direitos garantidos e respeitados seus hábitos, suas culturas.	Capacitação, participação e consultas.	Que programas, políticas e projetos de REDD+ estejam de acordo com direitos já estabelecidos.	Governo federal e estadual.	Existência de marcos legais que incluam os direitos.	Recorrer a justiça para responsabilização. Denúncia: MPF, OIT, FUNAI.
Para evitar a violação dos direitos constitucionais e acordos internacionais.	Consentimento livre, prévio e informado.	Garantir a gestão e o direito sobre territórios e seus recursos naturais e valorização dos conhecimentos tradicionais.	Executores dos projetos.	Sistema de monitoramento da implementação das legislações, da execução de projetos e programas.	Interrupção do financiamento do projeto/mecanismo de REDD+.
	Transparência.	Conservação da diversidade biológica.	MPF (fiscal) e MPE.	Acesso a informação (conhecimento sobre a legislação e os mecanismos para efetivação).	Multa e reversão na área de atuação do projeto.
	Cumprimento de protocolos, convenções e tratados internacionais já existentes.	Reconhecimento dos direitos que ainda não são reconhecidos (posse da terra e propriedade do CO2).	Sociedade Civil.	Visibilidade de espaços dentro do Poder Público para representação (denúncia) sobre violações de direitos.	Suspensão e rescisão de contrato.
	Sistema de monitoramento da implementação das legislações.	Participação na formulação de políticas.			Geração de conflitos e conseqüente instabilidade social.
	Direito de propriedade e carbono.	Participação em todas as etapas do projeto (elaboração, implementação e avaliação).			Não cumprimento das demais salvaguardas.

**Considerações, destaques e questões para esclarecimentos da plenária após leitura do resultado do grupo:**

Inserir o poder público municipal nas esferas de governo.

**SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA, REDUÇÃO DE POBREZA E AUMENTO DE QUALIDADE DE VIDA**

<i>Por que essa salvaguarda é importante no Brasil?</i>	<i>Como promover e garantir a implementação dessa salvaguarda?</i>	<i>O que deve ser garantido?</i>	<i>Quem deve responder pela sua implementação?</i>	<i>Quais as condições e pré-requisitos?</i>	<i>Consequências se não forem aplicadas?</i>
Para garantir que REDD+ seja mais que um modelo de PSA e promova um novo modelo de desenvolvimento.	Priorizar esquemas não compensatórios da lógica do compensar.  Exigir planos de gestão, de vida e uso do território.	Atividade econômica na floresta.	Governos (federal, estadual,...) em coordenação com os vários agentes econômicos e sociais envolvidos (proponentes, afetados...)	Vontade Política!!	Não atingir os ODM (objetivos do milênio), retorno das pressões sobre os recursos naturais, aumentando os problemas sociais: alcoolismo, drogas, migração rural.
Para assegurar articulação entre as 03 bases do tripé sustentabilidade	Ter mecanismo de controle social & debate.	Fortalecimento institucional da sociedade civil e governos.	Governos + sociedade civil organizada (Ongs+ proponentes, ...)	Infraestrutura, marco regulatório, adequação sanitária, ATER, acesso a crédito e financiamentos, planos de manejo simplificados, saúde ambiental, estudos e criação de demanda.	A manutenção da fragilidade institucional generalizada ameaça a sustentabilidade e conquistas já estabelecidas, bem como, de novas.
Garantir que esses benefícios, questões ocorram, que não aconteceria natural ou necessariamente em uma economia de mercado	Viabilizar atividade extrativista.  Acesso privilegiado a financiamentos por parte das populações vulneráveis (acesso descomplicado)				
Para garantir alternativas fortalecidas após término do projeto (estratégia de saída)	Lógica econômica com base na suficiência (equilíbrio) e não maximização  Coerência de políticas econômicas, sociais e ambientais.	Direitos fundamentais garantidos (saúde, educação e direitos civis).		Acesso à informação de qualidade e em formato culturalmente apropriado. Ter recursos disponíveis e alocados para tanto: humanos, tecnológicos, físicos e financeiros	Marginalização de pessoas e grupos sociais.
Para assegurar sustentabilidade e legitimidade das próprias ações.	Populações de base, relações de interdependência com a floresta.			Informação de qualidade universalizada.	
Porque REDD+ irá transformar atividades econômicas.	Eliminar incentivos perversos (crédito rural sem critérios ambientais)			Orçamento.	
Porque é legítimo reduzir a pobreza, por si só.	Garantir um marco legal que contemple a implementação a contento.				

**Considerações, destaques e questões para esclarecimentos da plenária após leitura do resultado do grupo:**

- Componente do grupo fez um esclarecimento sobre a necessidade de garantia que o REDD+ seja mais que um modelo de PSA, visto que há organizações que não aceita REDD+ apenas como um PSA. Pontuou ainda que as comunidades do Marajó precisam de pagamento urgente de PSA.

**SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA, REDUÇÃO DE POBREZA E AUMENTO DE QUALIDADE DE VIDA**

<i>Por que essa salvaguarda é importante no Brasil?</i>	<i>Como promover e garantir a implementação dessa salvaguarda?</i>	<i>O que deve ser garantido?</i>	<i>Quem deve responder pela sua implementação?</i>	<i>Quais as condições e pré-requisitos?</i>	<i>Consequências se não forem aplicadas?</i>
- Explicação sobre o que dizer acesso privilegiado, é a necessidade de flexibilização da burocracia para que as comunidades locais e povos indígenas possam acessar os fundos ambientais.					

**CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL**

<i>Por que essa salvaguarda é importante no Brasil?</i>	<i>Como promover e garantir a implementação dessa salvaguarda?</i>	<i>O que deve ser garantido?</i>	<i>Quem deve responder pela sua implementação?</i>	<i>Quais as condições e pré-requisitos?</i>	<i>Consequências se não forem aplicadas?</i>
Porque o Brasil possui alta biodiversidade e um grande potencial socioeconômico por trás dessa biodiversidade. Resiliência econômica, social e ambiental do país.	Atenção aos diálogos sobre a biodiversidade (tá tudo lá!!)	Planos Prevenção e controle ao desmatamento (PPCDs, PPCDQ, PPCAD, PNCATI)	Governo: monitoramento e extensão federal: planos nacionais, pesquisa estadual: zoneamento, apoio técnico município, apoio local ao monitoramento.	Estabelecer avaliações periódicas de políticas e programas de governo.	Perdas de habitats e biodiversidade.
	Fazer valer a legislação ambiental nacional e criação e implementação de áreas protegidas.				Migração/execução dos camponeses pelo esgotamento de suas áreas originais.
Retomada da funcionalidade ambiental de áreas degradadas (recuperação)	Fortalecer o monitoramento e a transparência (projetos: garantir, exigir o monitoramento dos impactos)	Macro ZEE	Implementadores de projetos.	Garantir recursos para as ações: monitoramento (com a participação plena e efetiva das comunidades locais e povos indígenas), recuperação, conservação, tecnologia, extensão, educação.	Aumento de desmatamento para abertura de novas áreas.
	Direito à terra.				Aumento de áreas degradadas (esgotamento de solos)
Impedir a conversão de áreas nativas em florestas plantadas (exóticas).	Fortalecer/implementar políticas baseadas na biodiversidade	Fortalecimento do SNUC			Extinção de espécies endêmicas.
Garantir serviços ecossistêmicos para criar alternativas econômicas sustentáveis para os envolvidos (foco nos marginalizados ou vulneráveis).	Garantia de recursos para qualificação e formação (conhecimento e educação) para o envolvimento de todos os setores da sociedade.	Intensificação do cultivo em áreas já abertas (observando Boas Práticas Ambientais)		Revisão e finalização dos ZEEs	Impactos no uso dos conhecimentos tradicionais pelas populações que os detêm.
É a base do acesso a água limpa, ar puro... garante que existam serviços ambientais.	Viabilizar e consolidar o extrativismo como estratégia de conservação.	Regularização fundiária.			

**Considerações, destaques e questões para esclarecimentos da plenária após leitura do resultado do grupo:**

- Considera um ponto questionável a previsão de recuperação de áreas degradadas com florestas uniformes, como prevista na Política Nacional de Mudanças Climáticas, visto que ao final essas áreas estarão condenadas à morte.
- Há um hiato no texto, necessário definir qual a leitura que se tem para RAD.
- Participante sugeriu a inclusão da especificação de recuperação florestal com espécies nativas locais. Outro participante ponderou que muitas vezes somente espécies nativas inviabiliza a recuperação de áreas degradadas, em termos de custos e do tempo necessário. Esclarece ainda que muitas vezes a melhor alternativa é o uso de espécies exóticas em um primeiro momento, para posterior entrada com



**CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL**

<i>Por que essa salvaguarda é importante no Brasil?</i>	<i>Como promover e garantir a implementação dessa salvaguarda?</i>	<i>O que deve ser garantido?</i>	<i>Quem deve responder pela sua implementação?</i>	<i>Quais as condições e pré-requisitos?</i>	<i>Consequências se não forem aplicadas?</i>
<p>espécies nativas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A questão fundamental não é se a espécie é nativa ou exótica e sim a técnica adequada, que utiliza a agrobiodiversidade disponível.</li> <li>- Questionamento sobre o uso de monoculturas, participante reforçou a importância do plantio consorciado para a volta da vegetação nativa. Ressaltou que o plantio de eucalipto é um crime na Amazônia.</li> <li>- Outro participante respondeu que área degradada não é só na Amazônia, ponderou que são diversas soluções para diversos problemas.</li> <li>- Consideração de que florestas plantadas interagem com REDD+, aumento da base florestal no país vai reduzir pressão sobre as florestas.</li> </ul>					

**GOVERNANÇA**

<i>Por que essa salvaguarda é importante no Brasil?</i>	<i>Como promover e garantir a implementação dessa salvaguarda?</i>	<i>O que deve ser garantido?</i>	<i>Quem deve responder pela sua implementação?</i>	<i>Quais as condições e pré-requisitos?</i>	<i>Consequências se não forem aplicadas?</i>
Obs: governança não é exatamente uma salvaguarda, mas uma condição, um arranjo institucional para alcançar um objetivo comum (metas de redução PNMC)	Fortalecer as estruturas institucionais da ENREDD+	Que os arranjos institucionais (nas diferentes instâncias) funcionem em rede, voltados para o objetivo de redução de emissões, incluindo as ferramentas: orçamento; regulamentações; transparência; participação; monitoramento; fluxo de informações; definição de responsabilidades em diferentes níveis	A estrutura da ENREDD+ (GEX, etc.) coordena e é responsável pela implementação de programas federais. Os governos estaduais e locais são responsáveis pela boa governança na implementação de seus programas e políticas, assim como os demais atores implementadores.	Obs: boa governança é pré-requisito para que as salvaguardas sejam cumpridas.	Nada funciona!
	Garantir o comprometimento dos órgãos e ministérios envolvidos.			Vontade política e prioridade na agenda dos governos	Desmatamento aumenta
	Transparência e monitoramento dos investimentos financeiros (aplicação)			Estruturas e recursos para continuidade	Salvaguardas não serão cumpridas
Para orientar as políticas e programas de desenvolvimento, em todos os níveis governamentais, atualmente conflitantes, para o cumprimento das metas do PNMC e das demais salvaguardas	Dando transparência às ações destas estruturas. Abertura à participação na implementação das ações e programas de REDD+		Sociedade civil tem direito e a responsabilidade ética de participação	Envolvimento e parceria com comunidade civil	O objetivo não será alcançado
	Fortalecendo as instâncias implementadoras				

**Considerações, destaques e questões para esclarecimentos da plenária após leitura do resultado do grupo:**

- Falta coerência programática: PAC, Belo Monte... (não sei se é governança ou marco legal)
- Acrescentar coerência ou alinhamento de políticas entre os ministérios.
- Substituir comunidades locais por comunidades tradicionais; explicação que a linguagem que está sendo utilizada é a da ONU: só o Brasil tem a terminologia comunidades tradicionais, que é o mesmo que comunidades locais (exceto indígenas)

**REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS**

<i>Por que essa salvaguarda é importante no Brasil?</i>	<i>Como promover e garantir a implementação dessa salvaguarda?</i>	<i>O que deve ser garantido?</i>	<i>Quem deve responder pela sua implementação?</i>	<i>Quais as condições e pré-requisitos?</i>	<i>Consequências se não forem aplicadas?</i>
Para garantir a sustentabilidade dos povos com a conservação dos recursos naturais	Protocolo de Nagoya	Reconhecimento e inclusão de diferentes tipos de atores em diferentes níveis de governança	A nível geral o poder público em diferentes escalas (local, sub-nacional e nacional) - diretrizes	Definição da titularidade do carbono em diferentes áreas/beneficiários	Distribuição injusta de benefícios
Garantir aos beneficiários a gestão dos territórios e dos recursos naturais	Protagonismo dos beneficiários	Integração das estratégias em diferentes escalas (nacional X local)	A nível operacional outras instituições específicas a cada caso	Priorização de áreas + sensíveis ao desmatamento (fronteiras, pressão) POLÊMICO - priorizar mais o REDD + também, pensar diferentes mecanismos e incentivos	Desincentivo ao REDD
Para garantir que responsáveis (diversos atores, depende de cada situação) por REDD+ sejam efetivamente recompensados por suas ações	Ter um sistema geral de benefícios e incentivos, mas decidir sobre o que implementar de acordo com a área (e características dos beneficiários) onde REDD+ será implementado	Garantia de acesso a recursos por atores minoritários.	Local: secretarias municipais de meio ambiente, OEMAs, MMA + MF e FUNAI	Considerar leis, direitos e normas regulamentadoras locais e pertinentes a cada caso, sobre a titularidade da área (já existentes!)	Incentivos perversos
		Implementação do Protocolo de Nagoya			
Garantir distribuição entre entes federativos diversos, com atenção especial para atividades mais sustentáveis	Marco Legal	Melhoria da governança nos locais que receberão benefícios (formular indicadores para avaliar) – condicionar a transferência de recursos a resultados	ONGs, instituições, associações locais, grupos indígenas...	Atentar para a regulamentação de diferentes estados em relação a REDD	Aumento do desmatamento
Evitar a concentração de riquezas	Assegurando a distribuição através do estoque e fluxo	Capacitação e assistência técnica: produção sustentável (pacote de inventivos + informação); biodiversidade + manejo + agricultura familiar e pecuária sustentável.	Dever haver monitoramento da implementação por terceiros (ex: ouvidoria independente)		Concentração de riquezas
		Transferência de tecnologias (soja sustentável...)			Êxodo rural e conflito de terras.

**MONITORAMENTO E TRANSPARENCIA**

<i>Por que essa salvaguarda é importante no Brasil?</i>	<i>Como promover e garantir a implementação dessa salvaguarda?</i>	<i>O que deve ser garantido?</i>	<i>Quem deve responder pela sua implementação?</i>	<i>Quais as condições e pré-requisitos?</i>	<i>Consequências se não forem aplicadas?</i>
Sem elas não é possível avaliar resultados de REDD+ (inclusive as próprias salvaguardas)	Definir requisitos mínimos em marco regulatório (Princípios & Critérios) / informações obrigatórias	Levantamento de informações necessárias para construção de um sistema de monitoramento abrangente para todos os biomas	Poder público (federal) – MMA, SFB. Descentralização coordenada junto as OEMAs e SEMAs. Aspectos Tecnológicos pelo MCTI/INPE	Definição internacional sobre sistemas de informação de salvaguardas.	Projeto / iniciativa / programa de REDD+ não entra na contabilidade nacional
Há recursos financeiros envolvidos	Integrar a esfera federal aos diferentes níveis de governo	Sistema ágil, simples e eficiente e interligado nas diferentes escalas			
Para evitar que REDD + seja mais um “poço” de corrupção	Estimular formas de monitoramento independentes	Construção participativa de um sistema de monitoramento (metodologias, informações etc.)			
Existe monitoramento tanto para fins climáticos quanto socioambientais	Disponibilidade total e irrestrita de dados	Financiamentos devem garantir regras claras de titularidade dos créditos			
Transversalidade.	Considerar o monitoramento / transparência em todas as etapas	Sistema de monitoramento com participação plena e efetiva dos povos indígenas e populações locais e tradicionais			
	Criar uma entidade pública para ouvidoria controle				
	Participação dos povos indígenas e locais em todas as etapas (da elaboração ao monitoramento)				

**Considerações, destaques e questões para esclarecimentos da plenária após leitura do resultado do grupo:**

- Já existem vários sistemas, necessária a integração.
- Nova lei de acesso à informação, que obriga órgãos públicos a disponibilizar informações.
- Importância da transparência ressaltada, para que haja domínio público das informações.
- Monitoramento pode ser feito também pelas comunidades.
- Se não for garantido monitoramento e transparência de um projeto de REDD+, não se cumpre essa salvaguarda. Exemplo: programa para incentivo de fontes renováveis, onde os créditos ficaram para Eletrobrás – é preciso estar claro com quem vai ficar os créditos, para haver repartição de benefícios.
- Prever banco de dados para as informações serem geradas – é parte do projeto.

**PERMANENCIA E VAZAMENTOS**

<i>Por que essa salvaguarda é importante no Brasil?</i>	<i>Como promover e garantir a implementação dessa salvaguarda?</i>	<i>O que deve ser garantido?</i>	<i>Quem deve responder pela sua implementação?</i>	<i>Quais as condições e pré-requisitos?</i>	<i>Consequências se não forem aplicadas?</i>
Benefícios climáticos duradouros	Temporalidade	Manutenção dos estoques florestais	Detentores da floresta	Marco zero (CAR – cadastro de propriedade rural).	Vetores de Desmatamento.
Sustentabilidade financeira e ambiental da “abordagem de pagamentos por resultados”	Buffer	Não transferência dos vetores de desmatamento a outras regiões (monitoramento regional)	Poder público, especialmente as estruturas de governança da estratégia de REDD +	Linha de base por bioma	Perda de incentivos
	Integrar com a criação de estoques novos de madeira	Planejamento territorial (link com salvaguarda sobre direitos garantidos sobre territórios (ex: ZEE)	Poder público	Sistemas de monitoramento	Sanções legais
	Integração com marco regulatório e políticas públicas		Sociedade	Vontade política	
	Remuneração dos estoques florestais			Planos de gestão territorial	
	Planos de gestão territorial			Incentivos econômicos à manutenção de florestas	
	Agregação de RED (resultados) em escala			Abordagem nacional	
				Reservas de segurança ou mecanismos para garantir integridade ambiental	
				Instrumentos de planejamento territorial a nível regional	

**Considerações, destaques e questões para esclarecimentos da plenária após leitura do resultado do grupo:**

- CAR não é indicado para REDD+ em terras indígenas.

**PARTICIPAÇÃO**

<i>Por que essa salvaguarda é importante no Brasil?</i>	<i>Como promover e garantir a implementação dessa salvaguarda?</i>	<i>O que deve ser garantido?</i>	<i>Quem deve responder pela sua implementação?</i>	<i>Quais as condições e pré-requisitos para verificar a participação?</i>	<i>Consequências se não forem aplicadas?</i>
Empoderamento e autonomia.	Previsão de ferramentas que garantam participação na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas e projetos.	Paridade dos atores (interessados)	Um colegiado formado por i) poder público municipal, estadual, federal; ii) proponentes; iii) comunidades locais e povos indígenas por meio de suas lideranças, organizações e rede; iv) sociedade civil	Programas de qualificação	Conflitos
Gerenciar futuros conflitos internos		Participação em todas as etapas			
Tem que permear e ser transversal às demais salvaguardas	Clareza do papel dessas ferramentas no processo de tomada de decisão	Acesso à informação /disseminação da informação pelos diferentes meios de comunicação e por meio da ação presencial das entidades/atores responsáveis		Estruturação de comitês, comissões, fóruns e conselhos com caráter deliberativo	Ausência de legitimidade
Adequar à realidade local					
Comprometimento com o objetivo final de REDD+	Mecanismos claros de relatar como a participação foi trabalhada	Aporte de recursos públicos e/ou privados		Previsão orçamentária	Nulidade
Garantir coerência e equidade na formulação de políticas públicas	Estabelecer condicionantes que garantam a participação no âmbito de iniciativas / projetos de REDD+	Ampliação da participação dos atores nas instituições e espaços de discussão e deliberação em que o processo já tenha sido iniciado		Planejamento (incluindo o estabelecimento de indicadores de participação) para garantir participação efetiva nos processos de decisão	Direitos não garantidos
Aumenta a legitimidade das futuras políticas públicas					
Importante para gerar engajamento e responsabilidade em todas as etapas	Processo contínuo de formação de interlocutores	Vinculação das decisões (participação qualificada e efetiva)		Assegurar condições para participação	Restrições no acesso a benefícios ou mesmo a negação destes
Garante o entendimento / conhecimento do todo (conceitos, políticas, benefícios etc.)	Instituição de programas de qualificação nas diferentes esferas administrativas	Qualificação			
Garante a inclusão dos beneficiários diretos e outros em todas as etapas	Instituição de ferramentas para difusão dos conhecimentos e informações adquiridas pelos representantes em espaços de discussão	Flexibilização do acesso aos fundos de recursos			